

Pesquisa do CNJ: quantos juízes negros? Quantas mulheres?

O último do Censo do Poder Judiciário feito em 2013 mostrou que 15,6% dos magistrados brasileiros eram negros, onde deste conjunto 14,2% se declaram pardos e 1,4%, preto. Considerando o recorte por sexo, 1,4% dos homens se declarou preto e 15% pardos.

[\(CNJ, 04/05/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Entre as mulheres magistradas, 1,5% se considerava preta e 12,7%, pardas. Dois anos depois da realização deste Censo, o Conselho Nacional Justiça (CNJ) editou a Resolução 203, determinando, no âmbito do Poder Judiciário, reserva aos negros de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e de ingresso na magistratura.

Considerando o Censo do Poder Judiciário de 2013, a delimitação de cotas e as características étnico-raciais da população, o percentual de negros na Justiça brasileira aumentou? Em qual proporção? Como é, atualmente, a distribuição dos negros nos diversos ramos do Poder Judiciário? Essas são algumas das questões que a pesquisa “Perfil Sociodemográfico dos magistrados brasileiros” busca responder de forma completa.

O levantamento para a atualização de dados de caráter sociodemográfico começou a ser feito pelo CNJ em 9 de abril em um universo de mais de 18 mil magistrados de todos os tribunais. Desde essa data, juízes, desembargadores e ministros do Poder Judiciário veem recebendo mensagem por e-mail do CNJ convidando os magistrados a contribuírem com a realização da pesquisa.

Para contribuir na montagem desse retrato da magistratura, basta que o juiz, desembargador ou ministro abra a mensagem enviada pelo CNJ e clique em um link de acesso a um questionário com 28 questões que não levam mais do que cinco minutos para serem respondidas.



Questionário sucinto

As perguntas tratam exclusivamente de questões como idade, gênero, raça, cor, estado civil, formação acadêmica, carreira jurídica e órgão de exercício da magistratura e visam permitir que o Conselho faça uma atualização dos dados antes da realização do próximo Censo do Poder Judiciário em 2020.

A atualização é uma iniciativa que contribui para a formulação de políticas públicas de fortalecimento da magistratura. Além de ser um processo simples, o preenchimento do questionário e o envio das respostas são procedimentos com absoluto sigilo das informações e garantia de que não haverá a identificação pessoal das repostas.

O questionário respondido deverá ser enviado ao CNJ até o dia 15 de maio. Os magistrados que não conseguirem abrir o link de acesso às perguntas devem entrar em contato com o Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ) do CNJ pelos telefones (61) 2326-5266 e (61) 2326-5268. Também podem ser enviadas mensagens para o e-mail dpj@cnj.jus.br. Os que não receberam a mensagem sobre a pesquisa para a realização do perfil também podem acessar o questionário do CNJ, no endereço www.cnj.jus.br/pesquisa-magistrados-2018.

Luciana Otoni

Cármem Lúcia: luta pelos direitos humanos destaca atuação dos juízes

“A luta pelos direitos fundamentais é cada vez maior e, sendo a luta pela sua concretização maior, destaca-se a atuação dos juízes brasileiros”, afirmou, na manhã de terça-feira (14/2), a presidente do Conselho Nacional de Justiça

(CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, na cerimônia de premiação de I Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos.

[\(CNJ, 14/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Segundo a ministra, a busca da sociedade por efetivar seus direitos fundamentais na Justiça é um fenômeno do atual século observado no Brasil e no mundo. Para Cármen Lúcia esse movimento confirma previsão feita pelo filósofo italiano Norberto Bobbio, que afirmou que o século XXI traria foco sobre o Poder Judiciário à medida que as pessoas procurassem cada vez mais a Justiça para consolidar os direitos sociais e fundamentais individuais, conquistados ao longo dos séculos XIX e XX. “Aprendendo que têm direitos fundamentais, as pessoas iriam buscar esses direitos assim que esses direitos fossem desrespeitados, lesados ou não cumpridos integralmente”, disse a presidente do CNJ.

[Leia mais: Magistrados brasileiros são premiados em I Concurso Nacional de Sentenças em Direitos Humanos \(SDH, 14/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Realizada em parceria com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SDH), o concurso premiou sentenças que efetivamente protegeram os direitos de vários segmentos da população, desde as crianças, os imigrantes e os refugiados, por exemplo. O concurso também reconheceu decisões que resguardaram, com ações práticas, direitos como a diversidade religiosa, ou combateram crimes como a tortura, o trabalho escravo e o tráfico de pessoas. A secretária especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, por exemplo, entregou o prêmio na categoria “Direitos da Pessoa Idosa” a um juiz do Tribunal de Justiça do Estado de Tocantins (TJTO).

Os magistrados estão atentos “talvez mais do que nunca” à garantia da Constituição Federal aos direitos fundamentais aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país, de acordo com a ministra Cármen Lúcia, uma vez que “o princípio mais importante do constitucionalismo contemporâneo, do direito contemporâneo, do direito brasileiro em vigor é o princípio da dignidade humana e ele só se cumpre com respeito integral aos

direitos fundamentais”, afirmou.

Sinalização - Embora tenha reconhecido o trabalho dos magistrados brasileiros, a ministra ressaltou que o propósito do I Concurso Nacional de Decisões Judiciais e Acórdãos em Direitos Humanos não é destacar um grupo de juízes individualmente, mas “promover a sinalização de que o Poder Judiciário está integralmente engajado na busca de concretização dos direitos humanos no que é da sua função constitucional, que é de julgar”, afirmou. A ministra destacou a importância das atribuições do juiz “para que aquilo conquistado na letra da Constituição e da lei não ficasse em um livro na prateleira um livro, estante, e o juiz faz exatamente isso”, disse.

A secretária Especial de Direitos Humanos, Flávia Piovesan, destacou a diversidade dos direitos protegidos nas decisões premiadas na cerimônia. Segundo a secretária, o direito de um homem tocaninense de 98 anos ao reconhecimento tardio de seu registro civil de nascimento e o combate à prostituição infantil no transporte de cargas no Pará são exemplos dessa variedade de direitos fundamentais efetivados por meio de decisões judiciais. “Os juízes aqui agraciados souberam acolher a dor das pessoas que os procuraram, em atenção ao princípio da dignidade humana. Ao mesmo tempo, as sentenças também promovem o fortalecimento do Estado Democrático de Direito”, afirmou a secretária.

Os premiados agraciados na cerimônia realizada terça-feira (14/2) foram os seguintes:



Acesse o álbum de fotos da solenidade de entrega [aqui](#).

A Resposta do Poder Judiciário às Vítimas de Violência Doméstica: um Estudo das Medidas Protetivas de Urgência no Projeto Violeta” - Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero - Rio de Janeiro/RJ, 15/12/2016

A Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro promove no dia 15 de dezembro a 47ª Reunião do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero.

Confira mais informações abaixo:

A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro – EMERJ e a Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero, Juíza Adriana Ramos de Mello

CONVIDAM

para a 47ª Reunião do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero:



NUPEGRE

Núcleo de Pesquisa
em Gênero, Raça e Etnia

Lançamento da Pesquisa

“A RESPOSTA DO PODER JUDICIÁRIO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA:
**UM ESTUDO DAS MEDIDAS
PROTETIVAS DE URGÊNCIA
NO PROJETO VIOLETA**”

pelo Núcleo de Pesquisa em Gênero, Raça e Etnia - NUPEGRE da EMERJ

15 de dezembro de 2016 9h30 às 12h

Coordenadora da Pesquisa:

Dra. Adriana Ramos de Mello

Pesquisadores:

Profa. Livia de Meira Lima Paiva
Profa. Dra. Simone Cuber Araújo Pinto
Prof. Dr. Guilherme Sandoval Góes

Estagiárias:

Michelly Ribeiro
Caroline Freitas
Vanessa Brügger

Colaboradora:

Ligia Campos

47ª Reunião



CENTRO DE ESTUDOS
E PESQUISAS



FÓRUMS PERMANENTES

INSCRIÇÕES GRATUITAS

Clique aqui e saiba mais

Seminário Internacional Violência de Gênero - Rio de Janeiro/RJ, 03 e 04/11/2016

A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro realiza a 46ª reunião do Fórum Permanente de violência doméstica, familiar e de gênero, nos dias 3 e 4 de novembro, das 9h às 17h30, com o Seminário Internacional Violência de Gênero. As inscrições devem ser feitas no site da EMERJ. Mais informações, abaixo:

46ª Reunião



SEMINÁRIO INTERNACIONAL



Escola da Magistratura do
Estado do Rio de Janeiro

VIOLÊNCIA DE GÊNERO

03 e 04 de novembro de 2016 |

AUDITÓRIO: Des. JOSÉ NAVEGA CRETTON
Rua Dom Manuel, s/nº - 7º Andar - Lâmina I - Centro

03-11-16

9h - Abertura:

Des. Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho
Presidente do TJERJ

Des. Caetano Ernesto da Fonseca Costa
Diretor-Geral da EMERJ

Des. Maria Augusta Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo
Corregedora-Geral da Justiça do TJERJ

Des. Claudio Luis Braga dell Orto
Desembargador do TJERJ, membro do Conselho Superior da ENFAM e Diretor-Presidente da ENM

Des. Daldice Maria Santana de Almeida
Desembargadora do TRF da 3ª Região e Conselheira do CNJ

Des. Suelly Lopes Magalhães
Desembargadora do TJERJ e Presidente da CEJEM

Dra. Renata Gil de Alcântara Videira
Presidente da AMAERJ

Dra. Adriana Ramos de Mello
Juíza de Direito do TJERJ e Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica,
Familiar e de Gênero da EMERJ

Palestra de Abertura: TRATAMENTO JURÍDICO DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Palestrante: Profa. Dra. Encarna Bodelón
Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidad Autónoma de Barcelona

Debatadora: Profa. Dra. Ana Lucia Sabadell
Professora Titular da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ
Avaliadora e Membro do Instituto Max-Planck de Direito Penal Comparado
e Internacional - Freiburg - Alemanha

14h às 15h30min

Painel I: GÊNERO E SISTEMA DE JUSTIÇA PENAL

Direitos Sexuais e Reprodutivos das Mulheres
Palestrante: Profa. Dra. Patricia Laurenzo
Professora Titular de Direito Penal da Universidade de Málaga

Aborto e Punição
Palestrante: Profa. Dra. Ana Lucia Sabadell
Professora Titular da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ
Avaliadora e Membro do Instituto Max-Planck de Direito Penal Comparado
e Internacional - Freiburg - Alemanha

Debatadora: Profa. Ms. Livia Paiva
Professora da UFRJ e Membro do NUPEGRE

15h30min às 17h30min

Painel II: O TRÁFICO DE MULHERES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

**O Desaparecimento de Crianças e o Tráfico Humano para
fins de Exploração Sexual**
Palestrante: Dra. Kátia Dantas
Diretora de Políticas Públicas para a América Latina e o Caribe

Debatadora: Dra. Adriana Ramos de Mello
Presidente do Fórum Permanente de Violência Doméstica, Familiar e de Gênero da EMERJ

O Tráfico Internacional de Mulheres: Violação aos Direitos Humanos

Palestrante: Profa. Dra. Maria Luiza Maqueda
Professora Titular de Direito Penal da Universidade de Granada

Debatadora: Dra. Madgéli Frantz Machado
Juíza do TJRS e Presidente do FONAVID

04-11-16

9h às 13h

Painel III: AS VÁRIAS FORMAS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

As Mulheres Negras e a Cultura do Estupro
Palestrante: Profa. Dra. Giovana Xavier
Professora da UFRJ e Pós-doutor em História

Debatadora: Luisa Arraes
Atriz protagonista da Minissérie 'Justiça'

Violência Sexual nas Relações Domésticas

Palestrante: Major PM Claudia Moraes
Instituto de Segurança Pública - ISP

Debatadora: Dra. Sandra Ornellas
Delegada Titular da DEAM de São João de Meriti e Professora de Direito Penal

Cyberbullying e a Violência contra as Mulheres na Internet

Palestrante: Dra. Luise Bello
Gerente de Conteúdo e Comunidade da ONG Think Olga

Debatadora: Dra. Andréa Pachá
Juíza de Direito Ouvidora Geral do TJERJ

14 h

PAINEL IV: O DIREITO DA POLÍTICA DE GÊNERO NO BRASIL

**A Exclusão Político-Jurídica das Mulheres Trans, Lésbicas e
Bissexuais no Brasil**

Palestrante: Prof. Dr. Dimitri Dimoulis
Professor Associado da Faculdade de Direito da FGV - SP

Debatadora: Dra. Leila Linhares
Coordenadora Executiva da CEPIA

A Discriminação da Mulher na Política
Palestrante: Deputada Federal Jandira Feghali

17h30min

**Palestra de Encerramento:
"GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIA"**

Palestrante: Doutora Nilcéa Freire
Ex-Ministra de Políticas para Mulheres e Ex-Reitora da UERJ

INFORMAÇÕES & INSCRIÇÕES:

Secretaria da EMERJ: 3133-3369

Exclusivas pelo site - www.emerj.tjrj.jus.br

Serão concedidas horas de estágio pelo OAB/RJ para estudantes
de Direito participantes do evento.

Poderão ser concedidas horas de atividade de capacitação pela Escola de Administração Judiciária
aos servidores que participarem do evento (de acordo com o art. 1º, inciso IV e Parágrafo único
e art. 7º da Resolução nº 7, de 2016 do Conselho da Magistratura).



Apoio:

Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2016 - Inscrições abertas até 30/09/2016

Estão abertas até o dia 30 de setembro as inscrições para o Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2016, que tem como tema “Direitos Humanos no Mundo do Trabalho”. O prêmio, que é uma realização da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), conta com três categorias - Cidadã, Imprensa e Programa Trabalho, Justiça e Cidadania (TJC).

[\(Anamatra, 04/06/2016 - acesse no site de origem\)](#)

O objetivo da Anamatra com a iniciativa, que chega este ano à sua 7ª edição, é valorizar as ações e atividades desenvolvidas no Brasil, realizadas por pessoas físicas e jurídicas que estejam comprometidas e que promovam, efetivamente, a defesa dos direitos humanos no mundo do trabalho.

Podem concorrer ao Prêmio, de acordo com as especificações de cada categoria/subcategoria, pessoas físicas e jurídicas que tenham desenvolvido ações concretas de promoção e defesa dos direitos humanos nas relações de trabalho no período de setembro de 2014 a agosto de 2016 em temas como: educação para o pleno exercício dos direitos sociais; combate a todas as formas de discriminação no mercado de trabalho; inclusão de deficientes; combate ao trabalho infantil, escravo e degradante; defesa do meio ambiente do trabalho, defesa e promoção do trabalho e defesa e promoção do trabalho decente.

O Prêmio Anamatra de Direitos Humanos 2016 distribuirá um total de 60 mil reais. Além da premiação em dinheiro, o vencedor em cada categoria/subcategoria receberá a estatueta inspirada no “Cilindro de Ciro”.

A cerimônia de premiação acontecerá no dia 24 de novembro, no Museu de Arte do Rio - MAR, no Rio de Janeiro.

Categorias - Na categoria Cidadã, podem concorrer pessoas físicas ou jurídicas, incluídas entidades não governamentais. A categoria Programa Trabalho Justiça e Cidadania (TJC), iniciativa da Anamatra, é voltada às ações indicadas e que tiveram participação das Associações Regionais de Magistrados do Trabalho (Amatras) na implementação do Programa pelo país. Já a categoria “Imprensa”, é dirigida a trabalhos jornalísticos e é subdividida nas subcategorias impresso (jornal, revista ou internet), televisão, rádio e fotografia (veiculada em jornal ou revista).

Na 7ª edição do Prêmio, haverá um vencedor em cada categoria, exceto na categoria “Imprensa”, em que será dividida em quatro segmentos e cada um deles será premiado: impresso (jornal, revista ou internet), televisão, rádio e fotografia (veiculada em jornal ou revista).

Regulamento e inscrições

O regulamento do Prêmio e a ficha de inscrição estão disponíveis nos links abaixo:

[Regulamento](#)

[Ficha de inscrição](#)

As dúvidas sobre o Prêmio e outras informações podem ser obtidas pelo e-mail premiোধ@anamatra.org.br.

Ratificada liminar que ampliou licença-paternidade para magistrados e servidores

(CNJ, 07/07/2016) O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em sessão virtual, ratificou, por unanimidade, liminar dada pelo conselheiro

Bruno Ronchetti assegurando para os juízes e servidores do Poder Judiciário o direito à licença-paternidade de 20 dias após o parto ou adoção. O voto do conselheiro reconheceu a ampliação com base na importância das políticas públicas voltadas à proteção da primeira infância e nos direitos dos trabalhadores.

A liminar foi resultado de um pedido de providências formulado pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), pela Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e pela Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). As associações pleiteavam a extensão da licença-paternidade à magistratura tal como já implementado aos trabalhadores regidos pela CLT (Lei 13.257/16), aos servidores submetidos ao regime da Lei 8.112/90 (Decreto 8.737/16), e aos servidores e membros do Ministério Público Federal (Portaria 36, de 28 de abril de 2016).

Entre outros pontos, em seu voto, o conselheiro lembrou a Lei n. 13.257/2016, que instituiu o Marco Regulatório da Primeira Infância, ressaltando a importância da convivência da criança com a figura paterna, da criação de vínculo com o pai e do suporte que ele pode dar à mãe no cuidado do filho. Segundo Bruno Rochetti, a proteção à paternidade, assim como à maternidade, é um direito fundamental e, portanto, merecedor de ampla proteção e máxima eficácia.

Paula Andrade

Agência CNJ de Notícias

Acesse no site de origem: [Ratificada liminar que ampliou licença-paternidade para magistrados e servidores \(CNJ, 07/07/2016\)](#)

Magistrados e servidores do RJ

terão direito a licença-paternidade de 30 dias

(ConJur, 08/05/2016) Os magistrados e servidores do Poder Judiciário do Rio de Janeiro terão direito a licença-paternidade de 30 dias, de acordo com a Resolução CM 04/2016 publicada no *Diário da Justiça Eletrônico* de sexta-feira (6/5). A licença poderá ser desfrutada a partir do dia de nascimento da criança ou da data da perda do bebê ao logo da gestão da esposa ou companheira.

Funcionários que atuam emprestados em outros órgãos do Judiciário também poderão conseguir o benefício. A medida segue entendimento da Emenda Constitucional 63/ 2015, que estabeleceu a licença-paternidade aos servidores públicos civis e militares estaduais.

Com informações da Assessoria de Comunicação do TJ-RJ.

Acesse no site de origem: [Magistrados e servidores do RJ terão direito a licença-paternidade de 30 dias \(ConJur, 08/05/2016\)](#)

CNJ realiza em São Paulo a IX Jornada Lei Maria da Penha

(CNJ, 07/08/2015) Magistrados, especialistas e atores do Sistema de Justiça estarão reunidos nesta segunda e terça-feira (10 e 11/8) na IX edição da Jornada Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A conferência nacional será na Escola Paulista de Magistratura. As Jornadas Maria da Penha ocorrem desde 2007. O evento contará com a participação das conselheiras Deborah Ciocci e Ana Maria Amarante, coordenadoras da conferência e do Movimento Permanente de Combate à Violência Doméstica

e Familiar contra a Mulher do CNJ.

Acesse a íntegra no Portal Compromisso e Atitude: [CNJ realiza em São Paulo a IX Jornada Lei Maria da Penha \(CNJ, 07/08/2015\)](#)